

# Destaque

## Greve geral Especialistas deitam contas aos possíveis efeitos sociais e políticos

# Greve de amanhã será ‘ritual burocratizado’ ou é para ser ‘noticiada em todo o mundo’?

Uma greve geral ainda muda alguma coisa? Depende da adesão e da forma como é entendida pela opinião pública. A horas da greve, vários especialistas dizem se vale a pena parar o país

Natália Faria

● Uma greve geral ainda mete medo a um Governo? Quase 40 anos depois do 25 de Abril, ainda é uma forma eficaz de contestação social ou ficou reduzida à função de “válvula de escape” do descontentamento generalizado para escoar a tensão latente e permitir que, no dia seguinte, tudo fique na mesma? Depende, respondem os especialistas ouvidos pelo PÚBLICO. Divididos quanto à eficácia e ao significado da terceira greve geral do país em democracia, todos convergem, porém, na constatação de que o país está diferente do que era em 1988 e mesmo em 2010 – os únicos momentos em que as duas centrais sindicais, CGTP e UGT se aliaram no apelo à paralisação geral. E que, por isso, a ressaca desta paralisação pode divergir das anteriores e ir para além do que é habitual, ou seja, como atira o historiador Rui Ramos, fazer mais do que a “prova de vida” da CGTP e do partido que a apoia.

A repetir-se o que aconteceu em 1988, gozava o então primeiro-ministro, Cavaco Silva, da primeira maioria absoluta da democracia portuguesa, e novamente no ano passado, com um agastado José Sócrates em final de ciclo governativo, as televisões vão mostrar imagens de repartições e escolas fechadas, legendadas por vozes que vociferam contra “os atentados aos direitos dos trabalhadores” e vozes que vociferam contra os grevistas que os deixaram apeados no caminho para o trabalho, ao mesmo tempo que Governo e sindicatos se digladiam na discussão quanto aos números da adesão.

A questão está em que, para avaliar o peso que a greve de amanhã poderá ter, dificilmente se poderá tomar como referência as duas últimas greves gerais. Para começar, porque o país mudou. E se é verdade que, no ano passado, os portugueses já somavam dez anos de moeda única e de juros baixos que os transformaram em proprietários de casas e de carros hipotecados aos bancos, também é verdade que, então, a *troika* não passava pela cabeça de ninguém. E que aquilo que, em 2010, era uma luta dos trabalhadores é hoje uma questão de cidadãos empobrecidos, como apontava recentemente o sociólogo Boaventura Sousa Santos.

De repente, os problemas do vizinho passaram a ser os nossos. Poucos escapam aos cortes nos subsídios de Natal ou de férias, ao aumento do IVA e do horário de trabalho, do IMI, da água, da luz, da electricidade, às reduções salariais. De repente, a ameaça

Será difícil comparar com as outras greves gerais, porque o país mudou



ENRICH VIVES-RUBIO

de desemprego é de uma onnipresença que tolhe o passo. Este cenário tanto pode chamar à paralisação aqueles que se habituaram a ter nas greves um anacronismo dos sindicatos, como manter presos ao trabalho os descontentes para quem a perda de um dia de trabalho agrava a impossibilidade de suportar as despesas básicas. Com tudo em aberto quanto à adesão, dificilmente se poderá esperar desta paralisação que derrube o Governo ou que prefigure um “novo 25 de Abril”, como clamava há dias o dirigente do BE Francisco Louçã. Mas também não é de esperar que seja algo que o Governo possa ignorar ou tentar reduzir aos suspeitos do costume.

### “Uma prova de vida”

Que efeitos mensuráveis poderá então produzir uma greve como esta? “Depende de como vai reagir a opinião pública, depende se vai conseguir ou não afectar sectores inesperados e depende se a CGTP consegue ou não impedir que os protestos resvalém para outro tipo de confrontos”, introduz o historiador Rui Ramos. A greve de amanhã tem duas singularidades: conta com o apoio dos movimentos de indignados, como o MI2M, e, ao contrário do que acon-

### Apelo de Mário Soares na véspera da greve

Documento é subscrito por mais oito personalidades de diferentes origens partidárias

Na véspera de mais uma greve geral, Mário Soares, Pedro Adão e Silva, Joana Amaral Dias, Medeiros Ferreira, Vasco Vieira de Almeida, entre outras personalidades, lançaram um manifesto onde denunciam que “os obscuros jogos do capital podem fazer desaparecer a própria democracia” e alertam para “a multidão de aflitos e de indignados que existe entre nós e que espera por uma alternativa inovadora que só a esquerda democrática pode oferecer”.

Denominado *Um Novo Rumo*, o manifesto diz que “este é o momento de mobilizar os cidadãos de esquerda que se revêem na justiça social e no aprofundamento democrático como forma de combater a crise”. “Não podemos assistir impávidos à escalada da anarquia financeira internacional e ao

desmantelamento dos Estados que colocam em causa a sobrevivência da UE”, lê-se no documento que hoje será tornado público. O texto denuncia ainda que “há muita gente aflita entre nós: os desempregados desamparados, a velhice digna ameaçada, os trabalhadores cada vez mais precários, a juventude sem perspectivas e empurrada para emigrar”. Contra a política de privatizações, “a efectuar num calendário adverso”, o manifesto, também subscrito por Isabel Moreira, Mário Ruivo, Pedro Delgado Alves e Vítor Ramalho, critica o “recoo civilizacional na prestação de serviços públicos essenciais, em particular na saúde, educação, protecção social e dignidade no trabalho”, considerando-o “inaceitável”. E opõe-se “a políticas de austeridade que acrescentem desemprego e recessão, sufocando a recuperação da economia”. É esse sentido que apela “à participação política e cívica dos cidadãos que se revêem nestes ideias e à sua mobilização na construção de um novo paradigma”. **Margarida Gomes**

teceu em 2010, será reforçada por manifestações em todas as capitais de distrito. Mas se, apesar disso, a greve for igual às anteriores, aquele investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa não lhe antevê grande consequência prática. “Será um ritual burocratizado e domesticado que servirá para fazer uma apreciação da máquina da CGTP e do PCP – que têm uma óptima organização e que conseguem encher a Avenida da Liberdade sem que se partam montras – e que, nessa medida, permitirá que o Governo durma muito descansado porque toda a gente fica muito mais aliviada e isso é bom para que tudo fique na mesma”. Se, pelo contrário, “a CGTP não conseguir conter os protestos, isso será um sinal claro que há um descontentamento que transborda e que está para além deste aspecto ritual que as greves gerais costumam representar”.

Tomando como referência as duas últimas e únicas, Ramos considera que o que definirá quem protestar nesta greve “não é o ser afectado [pelas medidas de austeridade] mas a sua opção ideológica e política de quem se reconhece naquele tipo de sindicalismo apoiado pelos partidos políticos de esquerda”.

Assim, e sempre atendendo ao passado recente, Rui Ramos desabitua-se de ver a greve como barómetro do descontentamento social. “Este viu-se nas eleições do dia 5 de Junho, em que houve uma viragem à direita. Agora a greve, em si, o que mostra é que a CGTP consegue fazer trabalhar a sua máquina porque é fácil àquela máquina produzir aquele resultado e o PCP, que não está interessado em marginalizar-se, até porque tem assento parlamentar e responsabilidades governativas a nível local, mostra o poder que tem, que não é eleitoral mas organizativo; e, portanto, é uma espécie de prova de vida que se faz”. Incapaz de “formar uma grande massa eleitoral que o faça aceder ao Governo”, o PCP, ainda segundo este historiador, especializou-se em acções de protesto, greves, manifestações. Nesse sentido, “é a grande válvula de segurança do regime, porque contém os protestos em espaços ritualizados”.

Distante desta visão, o historiador Manuel Loff, investigador e docente na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sustenta que “a adesão a uma greve geral é, em regra, historicamente independente da opção política das pessoas”. De modo mais detalhado: “A opção por fazer greve está muito mais relacionada com a situação contratual das pessoas, com a área de actividade profissional e com a



# Destaques

## Greve geral Especialistas deitam contas aos possíveis efeitos sociais e políticos

→ classe social a que se pertence, o que, na minha opinião, desmente a ideia de que o grevista é uma espécie de militante laboral de uma determinada opção política”.

Apesar de reconhecer que um trabalhador da indústria poderá ter dificuldades em perceber o que pode mudar com uma greve, Loff rejeita igualmente a ideia de que esta não tem impacto. “A greve portuguesa vai ser noticiada em todo o mundo, como foram as gregas, as francesas e as espanholas, e, se a paralisação for geral, quem gere a política económica é forçado a avaliar a sua capacidade de imposição dessa política económica, e só por isso já valeria a pena”, defende, reconhecendo, porém, que a ausência de consequências imediatas e palpáveis pode ser factor de desmobilização. “É o problema da rêsaca. As pessoas têm expectativas quando aos efeitos da greve que fizeram e depois chegam aos noticiários televisivos das oito e ouvem os sindicatos falar de uma adesão de 80 por cento e o primeiro-ministro de uma adesão de cinco por cento e as coisas parece que se ficam por aí”.

### Sindicatos não morreram

Apesar de apontar à greve “um problema de base, que é a perda de salário de quem nela participa”, Manuel Loff não acredita que este modelo de contestação esteja esgotado. E recusa fazer coro com quem insiste na certidão de óbito aos sindicatos. “Os sindicatos apanharam por tabela na descrença que as pessoas manifestam relativamente aos partidos políticos, mas a verdade é que não assistimos ao aparecimento de novas formas de organização. Noutros países, do ponto de vista eleitoral, há listas cívicas, muito mais candidaturas independentes aos órgãos municipais; em Portugal, não. As pessoas desconfiam dos partidos mas não têm nenhuma alternativa para disputar com eles os espaços de manifestação de opinião”.

E quanto aos movimentos de jovens precários, alimentados pelo Facebook e que mobilizaram, por exemplo, a manifestação de 12 de Março? “É verdade que têm parecido ser muito mais adequados à mobilização dos jovens, que são muito mais sensíveis a mecanismos de convocação como as redes sociais e que não são assalariados, porque estão a estudar ou desempregados, e estão completamente perplexos e esmagados pela forma inconcebível como o mercado de trabalho os trata, ignorando-os ou abusando deles. Mas a verdade é que sou muito céptico relativamente à sobrevivência no tempo de uma rede social como rede efectiva de articulação de vontades. Esta tende a só concretizar a mobilização em momentos muito concretos e reduzidos do nosso quotidiano. Em 2001, houve duas manifestações e ponto. Portanto, o problema que se coloca aqui é o da continuidade”.

O sociólogo Pedro Adão e Silva também não vê nos novos movimentos sociais de contestação um prenúncio de que os sindicatos e as suas formas de protesto são coisa do passado. “São tão pouco orgânicos que acabam por ter em si a raiz do seu próprio fim, ou seja, aparecem rapidamente e



*“[O descontentamento] viu-se nas eleições (...), em que houve uma viragem à direita. Agora a greve, em si, o que mostra é que a CGTP consegue fazer trabalhar a sua máquina”*

Rui Ramos,  
historiador



*“Se estes jovens (...) se aliarem ao campo sindical, nem que seja só por um dia, creio que os dois movimentos podem potenciar o impacto desta greve”*

Elísio Estanque,  
investigador

desaparecem à mesma velocidade”. Logo, “apesar de a principal central sindical portuguesa ser muito pouco propensa à negociação e de isso esvaziar um pouco o sentido actual do movimento sindical”, o professor do ISCTE considera que “as pessoas ainda têm nos sindicatos a forma de organização menos má”.

### Influir na “agenda política”

O principal rosto da *manif* que a 12 de Março levou milhares de jovens à rua, João Labrincha, rejeita que a greve e os sindicatos se tenham tornado anacrónicos. “O MI2M tem inscrito na sua matriz o reforço da democracia e isso faz-se com novos instrumentos de mobilização mas não pela eliminação dos de sempre, que continuam a ser válidos”, sustenta, para sublinhar: “Esta greve foi convocada pelos sindicatos, porque só eles a podem convocar, mas também é nossa”. Apesar de estarmos a falar de uma faixa fortemente afectada pelo desemprego – e resulta claro que não pode fazer greve ao trabalho quem não o tem para exercer – e pela precariedade que não convida ao protesto (“metade da população activa é precária ou desempregada e nove em cada dez dos novos contratos são



*“O MI2M tem na sua matriz o reforço da democracia (...) com novos instrumentos de mobilização mas não pela eliminação dos de sempre, que continuam válidos”*

João Labrincha,  
rosto do MI2M



*“Se (...) for geral, quem gere a política económica é forçado a avaliar a sua capacidade de imposição dessa política económica, e só por isso já valeria a pena”*

Manuel Loff,  
historiador

precários”, sublinha Labrincha), estes jovens prometem uma adesão maciça à paralisação de amanhã. “Vamos demonstrar o nosso descontentamento porque os direitos mais básicos de todos estão a ser postos em causa, a bem dos mercados e a bem de uma estabilidade que vem de fora”.

Elísio Estanque vê com bons olhos esta “aliança”. “Se estes jovens, que são um bocadinho uma tempestade sem rumo e sem orientação bem definida, se aliarem ao campo sindical, nem que seja só por um dia, creio que os dois movimentos podem potenciar o impacto desta greve”, adianta este investigador do Centro de Estudos Sociais de Coimbra. Apesar de considerar que “já não vivemos num clima em que a rua possa fazer cair um Governo e colocar no seu lugar uma força mais cúmplice das vozes da rua”, Estanque acha que as greves continuam a contar para as contas do país. “Nenhum Governo deixa de olhar para as imagens dos que se concentram nas ruas e o facto de as pessoas se manifestarem em defesa de algumas conquistas que julgávamos irreversíveis obriga a outro tipo de discurso e a outro tipo de opções na agenda política”. Vale, pois, muito a pena a greve, na perspectiva



*“[Novos movimentos] são tão pouco orgânicos que acabam por ter em si a raiz do seu próprio fim, ou seja, aparecem rapidamente e desaparecem à mesma velocidade”*

Pedro Adão e Silva,  
sociólogo



*“É um direito constitucional. Mas fazê-la nesta conjuntura é de uma demagogia, de um oportunismo e de uma insensibilidade social a toda a prova”*

António Marques,  
industrial

deste investigador. “Não é que o Governo vá mudar de repente, ou que o impacto se possa medir no dia seguinte, mas uma greve maciça dá mais fôlego para que os partidos da oposição contrariem um cenário de austeridade que está a ser apresentado como sendo a única verdade possível”.

### Nem 100% travarão FMI

Pedro Adão e Silva também não acredita que uma paralisação próxima dos 100 por cento vá “travar os senhores do FMI”. O que não quer dizer que não contribua para “ajudar a criar uma erosão na base de apoio político do Governo”, sobretudo, ressalva, se esta greve conseguir escapar ao “sentido burocrático” das duas últimas. “Se a greve for além do seu espaço tradicional, e não se ficar pela mobilização dos funcionários públicos afectos à CGTP e dos bancários ligados à UGT, porá o poder político em sentido”.

Para acreditar nisto é preciso acreditar, como Pedro Adão e Silva e Elísio Estanque, que “nem toda a mobilização política se esgota no momento do voto”. Não é o caso de António Marques, presidente da Associação Industrial do Minho, para quem esta greve representa “uma perda enorme” para

o país e decorre do “fundamentalismo das centrais sindicais, que precisam de mobilizar os seus ‘clientes’”.

“A greve é um direito constitucional, não discuto isso. Mas fazê-la nesta conjuntura é de uma demagogia, de um oportunismo e de uma insensibilidade social a toda a prova”, critica. Numa democracia de representação partidária, acrescenta, “o protesto exerce-se nas urnas e não nas ruas”. Muito menos se decorreram apenas cinco meses desde as últimas eleições. “Se votámos neste Governo, temos que o deixar mostrar o que vale, ou alguém acredita que é por via de uma greve que os trabalhadores vão arranjar dinheiro para pagar a casa ou o carro?...”, questiona, exortando a um pacto alargado que fosse capaz de livrar da bancarrota um país que, segundo o INE, soma 689,6 mil desempregados. “É uma terminologia um bocado gasta, mas acho mesmo que tem que haver aqui um pacto, uma cruzada para tornar o país mais produtivo e muito mais competitivo”. Mesmo que tal signifique “criar mais insegurança” aos trabalhadores. Como? “Sei que parece brutal, mas, por exemplo, na função pública, em vez de despedir as pessoas, criava-lhes era mais insegurança, para que se mantivessem empenhadas no seu trabalho, porque o país tem um problema de produtividade e as pessoas habituaram-se a viver acima das suas possibilidades”.

A espada apontada à garganta, portanto, para manter o país a mexer. Labrincha ouve e arrepiava-se. “Já fui contratado sem termo, já fui precário e agora sou desempregado. Posso garantir que era muito mais produtivo quando não precisava de andar todos os dias angustiado com o meu futuro laboral ou com medo de ser despedido de repente ou de ficar doente e sem direito a subsídio por doença”. Para este responsável do MI2M, atirar para as costas dos trabalhadores o custo de uma greve geral “é de uma enorme falácia”. “E se falássemos dos decisores políticos e dos grandes grupos económicos que andaram a espoliar o erário público em milhões de euros durante anos a fio? Não é um dia de greve que vai fazer essa diferença no défice e na dívida pública”.

Rui Ramos não é insensível ao custo que uma greve geral acarreta. “Claro que ninguém está contente por ter que pagar mais impostos e por ficar sem os dois meses suplementares de salários, agora resta saber se este país descontente não irá também ver esta greve como uma espécie de abuso, atendendo à situação em que nós estamos e ao dinheiro que vai custar”, alerta, para sustentar que uma manifestação ao fim-de-semana veicula descontentamento e sai mais barata. Porque, neste momento, os cortes salariais “já não estão apenas no vizinho, mas na casa de todos nós”, Elísio Estanque acredita que “muita gente que gostaria de fazer greve não o vai fazer porque primeiro vai fazer contas a quanto custa ficar um dia sem aparecer ao emprego”. São “30, 40 ou 70 euros” que podem fazer a diferença entre fazer de amanhã um dia igual a tantos outros ou sair à rua para exigir um plano B do Governo. Mesmo que não exista um plano B.